

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual de 2025

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Edição Extraordinária, Caderno Processual, de 17/02/2025, págs. 3/11)

Data: 24 a 28/02/2025

Hora: 9 às 19h

PAUTA DESTA SESSÃO

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

- 1) Reclamação Disciplinar nº 1.00071/2024-41
Requerentes: Arthur Victor Sá Lima; Augusto Dantas Borges; Erika Chrystiane Rodrigues Veras
Advogado: Ricardo Ferreira Breier – OAB/DF nº 47476-A
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Cons. Engels Augusto Muniz
- 2) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01014/2023-71
Requerente: Jacson Luiz Zilio
Advogados: André Galvão Pereira – OAB/RJ nº 156.129; Maurício Stegemann Dieter – OAB/SP nº 397309
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Interessados: Coletivo por um Ministério Público Transformador; Instituto de Ciências Penais – ICP
Advogados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – OAB/DF nº 65.698; Gustavo Albano Amorim Sobreira – OAB/CE nº 13.552; José de Assis Santiago Neto – OAB/MG nº 102.766
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Determinação para a suspensão do protocolo n.º 9.665/2023 de Remoção por Interesse Público, em trâmite no Conselho Superior, e do PAD n.º 008/2023-CGMP, da Corregedoria Geral. Determinação para a publicidade do protocolo n.º 9.665/2023. Reconhecimento do princípio da independência funcional. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraná
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Cons. Fernando da Silva Comin
Cons. Paulo Cezar dos Passos
- 3) Proposição nº 1.00393/2019-23
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

- 4) Proposição nº 1.00922/2023-01
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regula a atividade do Ministério Público na investigação de morte, violência sexual, tortura, desaparecimento forçado de pessoas e outros crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fernando da Silva Comin

Processos desta Sessão

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00694/2022-34 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogada: Bianca Ferreira Falacio Alves – OAB/ RJ nº 110561
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná
Advogado: Vinicius Bonalumi Canesin – OAB/PR nº 86946
Interessados: Ministério Público do Estado do Paraná; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraná
- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 7) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
Requerente: Jarbas Soares Junior
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Minas Gerais

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás
- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo
- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 11) Notícia de Fato nº 1.00403/2024-89 (Recurso Interno)
Recorrente: Emanuel Pinheiro da Silva Primo Teixeira
Advogado: Jose Caubi Diniz Junior – OAB/DF nº 29170
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Mato Grosso

- 12) Procedimento Avocado nº 1.00410/2024-62 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
- Advogados: Lilian Erica Lima Ribeiro – OAB/PI nº 3508 PI; Analina de Jesus Lima – OAB/PI nº 5.601; Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339
- Interessados: Ministério Público do Estado do Piauí; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
- Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Procedimento Avocado. Processo Administrativo Disciplinar MP/PI nº 02/2023. Conforme acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00937/2022-34.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
- Origem: Piauí
- 13) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00506/2024-85
- Requerente: Paulo Destro
- Advogados: Ronaldo Augusto Bretas Marzagão – OAB/SP nº 123723; Rodrigo Otávio Bretas Marzagão – OAB/SP nº 185070; Luis Felipe Bretas Marzagão – OAB/SP nº 207169
- Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
- Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Revisão do Processo Disciplinar Sumário nº 02/2023 (SEI nº 29.0001.0055849.2023-32). Pedido liminar.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
- Origem: São Paulo
- 14) Correição nº 1.00509/2024-46
- Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amapá
- Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária temática em Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado do Amapá, realizada nas Comarcas de Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Porto Grande e Mazagão.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Distrito Federal
- 15) Correição nº 1.00510/2024-06 (Processo Sigiloso)
- Interessados: Ministério Público do Estado do Maranhão; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Zanony Passos Silva Filho
- Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada na 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Distrito Federal

16) Proposição nº 1.00665/2024-34

Requerente: Paulo Cezar dos Passos

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental que "Altera o parágrafo único e acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 90, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013)". Impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária durante o prazo previsto no RICNMP para conclusão do processo punitivo disciplinar ou antes do cumprimento da pena, em caso de condenação.

Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta

Origem: Distrito Federal

17) Proposição nº 1.00709/2024-17

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disposições sobre a comunicação, pelo Ministério Público, de informações sobre ilícitos penais ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

18) Correição nº 1.00772/2024-53

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária com foco na promoção de Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, realizada nas Comarcas Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Naviraí, Ponta Porã e Bonito.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

19) Notícia de Fato nº 1.00817/2024-90 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogados: Alexandre Lopes de Oliveira – OAB/RJ nº 81.570; Afonso Destri – OAB/RJ nº 80.602

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio de Janeiro

- 20) Proposição nº 1.00892/2024-88
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01071/2024-78
Requerente: Mario Cesar Cardoso
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774; Bruna Cabral Vilela – OAB/ DF nº 43447; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/ DF nº 59118
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Reintegração do requerente ao serviço público. Revogação da exoneração conferida pela Portaria SG nº 770/2002. Reconhecimento de direitos funcionais. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição nº 1.01072/2024-21
Requerente: Jaime de Cassio Miranda
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que "Revoga a Recomendação nº 62, de 7 de agosto de 2017". Protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise no sistema de segurança pública e no sistema prisional.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal
- 23) Pedido de Providências nº 1.01077/2024-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Roberto Ferreira Cardoso
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Requer verificação da promoção de arquivamento, pela Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto, de processo que apura fraude em procedimento licitatório.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo

- 24) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01091/2024-67 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Sigiloso
Advogados: Eduardo Kucker Zaffari – OAB/RS nº 42998; Têmis Limberger – OAB/RS nº 24492
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Revisão de Processo Disciplinar. PAD nº 00035.001.413/2021. Reconhecimento da prescrição à pena aplicada de suspensão, nos termos do art. 244, II, da Lei Complementar nº 75/1993.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul
- 25) Pedido de Providências nº 1.01105/2024-06 (Recurso Interno)
- Recorrente: Clemente Sissinio Anezio da Silva
Recorrido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Alegação de descumprimento da Lei de Acesso à Informação, referente a prontuário e anotações de servidor civil, na Cidade de Itajubá.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Minas Gerais
- 26) Conflito de Atribuições nº 1.01140/2024-16
- Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.22.011.000205/2023-48. Notícia de Fato MPe 02.16.0352.0062257/2024-09. Apuração de possíveis irregularidades na distribuição de recursos públicos federais destinados pela Lei Complementar nº 195/2022 aos profissionais do setor cultural, a título de ação emergencial, em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19. Município de Januária/MG.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Minas Gerais
- 27) Conflito de Atribuições nº 1.01145/2024-94
- Requerente: Procuradoria da República - Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.14.009.000086/2021-82. Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 692.9.169888/2021. Apuração de possíveis ilegalidades praticadas pelo Município de Guanambi no Procedimento de Licitação Inexigibilidade nº 008/2021, que visou a contratação direta de empresa de advocacia.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01158/2024-08 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Emanuel Eugenio Alves
Embargado: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Concurso Público para Provimento do Cargo de Promotor de Justiça Substituto. GEDOC nº 20.14.0001.0003541/2023-64. Alega inconsistência e inobservância dos critérios da proporcionalidade e da alternância no provimento dos cargos destinados às pessoas com deficiência. Descumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012. Não cumprimento da reserva de vagas às pessoas com deficiência. Pedido de Liminar
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Mato Grosso
- 29) Reclamação Disciplinar nº 1.01168/2024-44 (Recurso Interno)
- Recorrentes: Cristiane Gomes Carrijo Andrade; José Afonso Carrijo Andrade
Advogada: Carolina Nardy Gabriel – OAB/SP nº 389533
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
- Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: São Paulo
- 30) Reclamação Disciplinar nº 1.01192/2024-56 (Recurso Interno)
- Recorrente: Associação dos Delegados de Polícia do Brasil
Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA nº 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF nº 16.275; João Paulo Cunha – OAB/DF nº 52.369; Eduardo Falcete – OAB/DF nº 45066; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF nº 50.448; Eduardo Aires Coelho Otsuki – OAB/DF nº 64312; Matheus Brito de Souza – OAB/DF nº 68988
- Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Espírito Santo
- 31) Conflito de Atribuições nº 1.01206/2024-03
- Requerente: Procuradoria da República - Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Ação Civil Pública nº 5003837-79.2023.4.02.5108. Apuração de irregularidades em eleição de determinadas entidades para a composição como membros efetivos do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cabo Frio/RJ.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro
- 32) Pedido de Providências nº 1.01217/2024-01 (Recurso Interno)
- Recorrente: Rodrigo de Paula Teixeira
Recorrido: Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região – PR
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná. Atuação. Manifestação na qual não percebeu interesse público suficiente para intervir. Processo nº 0000287-28.2024.5.09.0007 (Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região). Apuração de graves abusos e práticas prejudiciais à dignidade e segurança no ambiente de trabalho.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Paraná

- 33) Conflito de Atribuições nº 1.01300/2024-09
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.26.000.003861/2023-82. Inquérito Policial nº 09902.9011.00010/2022-1.3 (DOC. MPPE 14521172). Apuração de possível subtração, mediante o emprego de fraude, de 79 (setenta e nove) terminais lotéricos pertencentes à Caixa Econômica Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pernambuco
- 34) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01318/2024-92
Requerente: Bryan José Barbosa Pimentel
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Inércia. Andamento do procedimento SIS/MP 0722.0001877/2024. Apuração de irregularidades cometidas pela Prefeitura do Município de Cristais Paulista/SP. Promotoria de Justiça de Franca/SP. Conforme determinação da Ouvidoria Nacional proferida no processo SEI 19.00.1050.0008022/2024-76.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 35) Conflito de Atribuições nº 1.01376/2024-52
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.28.000.000191/2012-15. Inquérito Civil nº 04.23.2278.0000166/2023-25. Apuração da regularização de famílias que desenvolvem a atividade secular de exploração de recursos minerais. Município de São Gonçalo do Amarante/RN
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio Grande do Norte
- 36) Pedido de Providências nº 1.00061/2025-97
Requerente: Mabel Dias da Costa
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Autos nº 1028787-50.2021.4.01.4000. Alega arquivamento de denúncia, formulada pela requerente, sem a devida fundamentação. Requer verificação da conduta dos membros do Parquet que atuaram em seu processo.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Piauí

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2025-58
Requerente: Andre Jonas de Campos
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para Promotor de Justiça Substituto. Requer que o Ministério Público do Estado do Piauí apresente a relação de todos os candidatos, com as respectivas notas, desconsiderando a possível ilegalidade ocorrida na correção das provas discursivas. Solicita reavaliação das notas.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Piauí
- 38) Conflito de Atribuições nº 1.00072/2025-95
Requerente: Procuradoria da República – Tocantins
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Tocantins. Notícia de Fato nº 1.36.000.001109/2024-31. Apuração referente à aquisição de terreno por parte do Município de Santa Tereza/TO, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação e sem autorização do poder legislativo local.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Tocantins
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00085/2025-09
Requerente: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Sergipe. Procedimento Preparatório 1.35.000.000666/2024-72. Apuração de eventual dano ambiental decorrente da instalação de barracas fixas na areia, às margens do Rio São Francisco, na Passagem Velha, Município de Neópolis/SE.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Sergipe
- 40) Conflito de Atribuições nº 1.00087/2025-08
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Autos nº 1512629-60.2022.8.26.0292. Autos nº 5004225-74.2023.4.03.6103. Apuração de suposto crime ambiental. Apresentação de informação falsa no sistema oficial de controle SISPASS. Artigo 69, da Lei nº 9.605/1998.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 41) Pedido de Providências nº 1.00097/2025-52
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Luiz Gustavo Capitani e Silva Reimann – OAB/RS nº 67643
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Desconstituição de ato de exoneração publicado no Boletim 25/2025. Determinação da reintegração de servidora ao cargo anteriormente ocupado. Determinação para abstenção de qualquer ato de substituição, remoção, exoneração ou qualquer alteração no status funcional, aos servidores arrolados como testemunhas na Sindicância CNMP nº 1.01210/2024-18. Pedido liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio Grande do Sul

42) Pedido de Providências nº 1.00122/2025-06

Requerente: Diego Fernandes Barbosa

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação. Promoção de arquivamento. Inquérito Civil nº 14.0422.0000449/2019-0. Apuração de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), em obra inacabada do sistema de esgoto do Município de Santa Isabel/SP.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: São Paulo

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público